

PROJECTO EUROPA



INFORMAÇÃO

N.º 3 • SETEMBRO 1990



GRUPO LIBERAL, DEMOCRÁTICO E REFORMISTA

EDITORIAL

Situação no Golfo: A resposta comunitária

Nunca será demais acrescentar uma voz à condenação veemente da invasão e anexação do Koweit pelo Iraque e, muito especialmente, à vergonhosa detenção de reféns pela ditadura iraquiana.

A resposta da comunidade internacional a esta barbárie foi pronta e generalizada, mas devem merecer especial referência, por um lado, o papel consistente desempenhado pela ressurgida ONU com o objectivo de fazer respeitar o direito internacional; por outro lado, a determinação dos EUA na liderança da oposição à cobarde agressão do Iraque — facto que é surpreendentemente ignorado na resolução de síntese do Parlamento Europeu; finalmente, a postura correcta e responsável da URSS, traduzida no consenso obtido com os EUA na recente cimeira de Helsínquia.

Quanto à nossa Comunidade, para além da pronta resposta do Conselho e da Comissão, foi notória a falta de resposta conjunta e atempada no teatro da crise, situação especialmente evidenciada pelas limitações de acção da NATO e pela incipiência da UEO.

O próprio Parlamento Europeu, com os constrangimentos decorrentes da inexistência de instalações próprias para reunir em Plenário, só mais de um mês após a invasão, emitiu uma posição política sobre os acontecimentos do Golfo.

Fica mais uma vez demonstrado que as tomadas de posição do Parlamento Europeu não podem continuar a desenvolver-se ao ritmo mensal das semanas de trabalho em Estrasburgo, sob pena de descrédito da instituição.

Ainda quanto à capacidade de resposta da Comunidade, resta-nos a expectativa de que as reformas institucionais esperadas possam suprir

cabalmente as insuficiências da Cooperação Política Europeia e que as componentes da política externa e da segurança tenham o acolhimento adequado em sede da revisão dos Tratados.

Importa agora, no que se refere à acção concreta da CEE, apoiarmos as medidas propostas pela Comissão e adoptadas pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros no sentido do apoio aos Países mais afectados pelos efeitos da crise. Penso que chegou o momento da Comunidade revelar um espírito de verdadeira solidariedade, que ultrapasse quantitativamente o mero simbolismo e antes se traduza em apoios significativos e eficazes.

De resto, os acontecimentos do Golfo vieram acentuar que não é através do fornecimento descontrolado de armas — que podem acabar por se dirigir contra nós — mas sim da cooperação significativamente alargada, em todos os domínios, que podemos preventivamente afastar as ameaças que se desenham sobre o mundo industrializado e desenvolvido. Por outras palavras, actuando mais decisivamente na ajuda ao desenvolvimento.

Para terminar e no intuito de afastar ambiguidades, não duvido que todos no Parlamento Europeu, certamente privilegiam uma saída justa, negociada e diplomática para a crise. Mas tenho que este objectivo só é compatível com uma postura inflexível no plano dos princípios do respeito pelo direito internacional. Neste caso com a exigência prévia da retirada do Koweit pelo exército de ocupação iraquiano e da libertação incondicional de todos os reféns.

António d'Orey Capucho

DISCURSO DIRECTO *(Excertos)*

António CAPUCHO durante o debate institucional

A reforma institucional deve responder cabalmente às exigências de aperfeiçoamento da funcionalidade e operacionalidade das instituições, ao imperativo do reforço da democraticidade e ao fortalecimento da coesão económica, social e política.

A denominação da União Europeia resultante das transformações institucionais das Comunidades é um problema não apenas formal, mas também político. Muitos dentre nós já avançaram com propostas que têm o inconveniente de, noutras situações que não se identificam com a nossa, traduzirem opções próximas dos modelos clássicos da Confederação ou da Federação.

Sugiro que na próxima revisão dos Tratados possam ser fundidas numa só entidade as três comunidades existentes, que se passaria a designar simplesmente por Comunidade Europeia, expressão esta que está amplamente divulgada e não provoca fenómenos de rejeição em sectores importantes das opiniões públicas nacionais.

Rui AMARAL sobre a Unificação Alemã

As minhas primeiras palavras neste debate são de saudação muito calorosa e fraterna a todos os cidadãos da Alemanha, independentemente do local onde vivam.

Aos que durante mais de quarenta anos sofreram duramente a repressão e a verdadeira fraude que constituiu o regime comunista, dirigimos palavras de solidariedade e garantimos que tudo faremos para que rapidamente possam atingir os níveis de desenvolvimento económico e social a que, como europeus, todos temos direito.

Pela nossa parte, apesar de continuarmos a ser dos mais desfavorecidos, não regateamos a quota-parte do esforço conjunto necessário, na certeza de que a Comunidade não vai exigir de nós mais esforço do que o estritamente necessário, de que a coesão económica e social é um objectivo comumente aceite e de que há que considerá-lo exclusivamente na sua dimensão comunitária. Por outras palavras, nas discussões que travaremos mais adiante sobre as propostas da Comissão, as nossas posições serão marcadas pelo pragmatismo e pelos valores da solidariedade, na certeza de que estas discussões trarão à luz do dia aspectos do último alargamento em que se verificam ainda injustificadas discriminações em desfavor do meu país e que é o momento de reflectirmos sobre elas.

Manuel PORTO sobre o trânsito de gás natural

A exemplo do que foi aceite pelo Parlamento Europeu em relação à electricidade, com a Directiva agora em apreciação pretende-se a racionalização da utilização de infraestruturas de transporte de gás, tendo em conta

que se trata de infraestruturas fixas, com grandes custos para a sociedade, que, tal como acontece com outras vias de transporte, não podem multiplicar-se e devem ser utilizadas na sua máxima capacidade. Com esta racionalização beneficiarão obviamente os utilizadores do gás, empresários e consumidores finais, que poderão vir a consegui-lo por um preço mais baixo, mas parece-nos claro que acabarão por ser igualmente beneficiadas as empresas produtoras e distribuidoras desta forma de energia. Trata-se, além disso, de uma racionalização que será decisiva para que, com a justificação económica de novas redes, o gás natural venha a chegar em condições mais favoráveis aos países periféricos que, com graves prejuízos, ainda o não utilizam ou o utilizam em medida muito pequena.

Mendes BOTA sobre o impacto da Unificação Alemã na CEE

Há que acautelar as repercussões que a integração da RDA poderá acarretar no sector comunitário das pescas, conhecida que é a dimensão da frota de largo leste-alemão com mais de 150 navios e a exiguidade dos recursos piscatórios contidos nas actuais quotas dos Estados-membros.

Há que garantir, muito claramente, que os direitos de pesca da Alemanha unificada serão a adição dos actuais direitos das duas Alemanhas e que no futuro não serão exigidos direitos de pesca suplementares em detrimento de outros Estados-membros. Mas para isso é necessário que a Comunidade garanta também a continuidade dos acordos de pesca estabelecidos entre a RDA e países terceiros. É que a unificação alemã foi acolhida a uma só voz nesta Assembleia, mas a análise das suas consequências exige uma igual dose de solidariedade quanto à dose do pragmatismo.

Virgílio PEREIRA sobre o tratamento de águas residuais municipais

São muitos os rios, os lagos, os estuários e ainda muitas costas marítimas, cujas águas estão poluídas pelas descargas contínuas de águas residuais municipais e industriais.

São do domínio público as diversas proibições de consumo de certos produtos do mar e as chamadas de atenção, por toda a Europa, para a ultrapassagem das normas imperativas das águas de banho, em período estival.

Em nosso entender deve ser aplicado um tratamento mais completo às águas residuais nas zonas costeiras, atendendo à situação preocupante em que se encontram grande parte delas.

Por outro lado, somos favoráveis à proibição, a curto prazo, do lançamento de lamas residuais no mar e esperamos que a Comissão inicie, brevemente, um estudo sobre os efeitos ambientais, em toda a Comunidade, das alternativas à descarga de lamas residuais e esgotos de descarga ao longo da costa.

Apoiamos também a proposta de que os Estados-membros designem como águas sensíveis, para efeitos de aplicação da presente directiva, as águas onde são autorizados os banhos ou a apanha de marisco.

NOTÍCIAS BREVES

Federação ELDR

O Ministro dos Assuntos Parlamentares, Dias Loureiro, foi eleito Vice-presidente da Federação dos Partidos Europeus Liberais, Democráticos e Reformistas.

Mário David, ex-chefe de gabinete de António Capucho e actualmente administrador do Grupo Liberal, Democrático e Reformista, foi eleito Secretário-Geral.

Para as outras vice-presidências, foram eleitos o ministro dinamarquês dos Negócios Estrangeiros, Uffe Elleman-Jensen e o deputado britânico Sir Russel Johnston.

O Presidente da Federação ELDR é o belga Willy de Clercq, Presidente da Comissão de Relações Externas do Parlamento Europeu.

Manuel PORTO

Propõe uma linha orçamental específica, visando a promoção em terceiros países das vendas dos produtos das indústrias têxtil, de confecções e de calçado

O eurodeputado do PSD, Manuel Porto, propôs a inclusão de uma linha orçamental específica, no Orçamento da Comunidade, visando a promoção em terceiros países das vendas dos produtos das indústrias têxtil, de confecções e de calçado. Segundo o deputado português “poderá contribuir-se, assim, para a abertura e ampliação de mercados de grande importância, designadamente para Portugal, onde esses sectores têm um relevo primordial”.

Manuel Porto, é o autor do relatório de fundo sobre a indústria do calçado, analisando a sua situação e as suas perspectivas e propondo uma série de medidas conducentes à reestruturação e à modernização do sector e à melhoria das condições de concorrência em relação ao exterior.

Para Manuel Porto “a indústria comunitária do calçado acha-se claramente perante um duplo desafio: enfrentar a concorrência de países com custos de produção (especialmente salariais) claramente inferiores, sem recorrer ao mesmo tempo a acções proteccionistas que poderiam perturbar o clima internacional, penalizar os consumidores e, sobretudo, retardar os processos de transformação das tecnologias produtivas e de gestão necessários ao restabelecimento de uma margem de competitividade”.

Manuel Porto sublinha ainda “a necessidade de assegurar o acesso aos mercados de terceiros países, o respeito pelos direitos da propriedade intelectual e das patentes, a observância rigorosa das regras anti-dumping e anti-subsvenção e a exportação de matérias-primas por parte dos países concorrentes, bem como, o respeito pelas condições mínimas de trabalho nesses países”.

O eurodeputado português defende no seu relatório que “a Comunidade tome medidas de salvaguarda, durante o período de reconversão deste sector, por forma a evitar que os esforços desencadeados pela indústria comunitária sejam postos em causa por um gravoso aumento das importações”.

Parlamento Europeu aprova proposta comum sobre os incêndios florestais

A grande maioria dos grupos políticos representados no Parlamento Europeu elaborou e aprovou uma proposta de

resolução sobre os incêndios em que exorta a Comissão Europeia a “intensificar”, no âmbito do Comité Florestal Permanente, o trabalho de reflexão e de investigação que permita identificar as acções prioritárias a desenvolver com urgência para aumentar nos Estados-membros a eficácia das políticas de prevenção e de protecção das florestas contra os incêndios”.

Esta proposta saída do acordo das várias bancadas do Parlamento Europeu convida ainda a Comissão a adoptar “medidas de protecção civil a nível comunitário, nomeadamente no que se refere à coordenação entre a Itália, França, Portugal e Grécia para a utilização conjunta de meios aéreos e para a formação profissional dos participantes nas campanhas de combate aos incêndios”.

O Deputado social democrata Rui Amaral, na sua intervenção, salientou que “tratando-se de uma preocupação comum a um conjunto importante de países, que assumem características igualmente comuns, impõe-se que a Comissão Executiva conclua os estudos necessários e passe prontamente à apresentação de um conjunto articulado e eficaz de propostas de acção adequadamente compensadoras das perdas económicas e ecológicas já verificadas, mas também de prevenção e combate eficaz aos incêndios florestais”.

Protecção jurídica dos programas de computador

O Parlamento aprovou um relatório da deputada Margarida Salema sobre uma proposta de directiva do Conselho relativa à protecção jurídica dos programas de computador.

A relatora defendeu o recurso ao direito de autor como forma mais correcta de realizar a protecção jurídica dos programas de computador, afirmando que a principal dificuldade consiste em estabelecer, neste domínio, a diferença entre “ideias e princípios” — não protegidos — e “a sua expressão” — essa sim, juridicamente tutelada, particularmente no que se refere às “interfaces”, pois é do estabelecimento dessa distinção que dependerá o maior desenvolvimento ou não da concorrência neste sector económico. Por isso, Margarida Salema, defendeu a não listagem das operações não protegidas, contrariando a proposta da Comissão, e sustentou importantes alterações nas quais se tenta precisar o que constitui objecto do direito de autor e o que releva do acesso às “ideias” que não são alvo de protecção.

Margarida Salema salientou que tais alterações são bem claras ao não permitir qualquer “cópia” ilícita de programas ou “pirataria industrial”.

Deputados europeus do LDR reuniram nos Açores

O Grupo Liberal, Democrático do Parlamento Europeu, que inclui os nove deputados eleitos pelo PSD, realizou na primeira semana de Setembro nos Açores, as suas jornadas de estudo.

Um dos principais pontos da Ordem de Trabalhos desta reunião, que teve lugar em Ponta Delgada, foi a análise do apoio comunitário às regiões ultraperiféricas.

Assim, os eurodeputados do Grupo LDR discutiram o relatório de J. P. Raffarin, “A dinâmica do Atlântico” de que foi co-relator o deputado Manuel Porto e o relatório sobre “As Regiões Periféricas e Marítimas na CEE” de que foi relator o deputado açoriano Vasco Garcia e co-relator o deputado madeirense Virgílio Pereira.

O Grupo LDR procedeu ainda à preparação da actual sessão legislativa e analisou os desenvolvimentos da crise do Golfo e do processo de unificação alemã.

112 – Número de emergência europeu

Cada Estado-membro possui um número de telefone de

emergência diferente: "115", "999", "006". Com o grande acréscimo de deslocamentos de cidadãos da Comunidade entre os vários Estados-membros ultimamente tem-se verificado aumentar também o número de situações de emergência, nas quais um cidadão é incapaz de pedir ajuda, por desconhecer o número das emergências.

Por isso, o Parlamento Europeu aprovou uma proposta da Comissão que propõe a adopção de um número comum de emergência para os Doze: 112 é o número proposto.

Virgílio Pereira, intervindo no debate assinalou, que a pedido da Comissão Executiva, a Conferência Europeia dos Correios e das Telecomunicações (CEPT) elaborou um relatório que confirma "ser possível o estabelecimento de um número único à escala europeia para chamadas de emergência" e recomenda que esse número seja o 112.

O deputado social-democrata manifestou o desejo de que a "introdução deste número de telefone único se faça até 1993".

Marques Mendes: "A dimensão social é ainda o parente pobre do Mercado Interno"

O eurodeputado do PSD, Marques Mendes, autor de um relatório sobre a "livre circulação de trabalhadores" defendeu que "se não se prosseguir com coragem e realismo na realização da dimensão social do mercado interno, então assistir-se-á a uma autêntica hipocrisia política".

"Será que estaremos construindo uma Europa social quando, por exemplo, se discutem políticas nacionais de imigração, tratando cidadãos de países comunitários como se de países terceiros eles fossem?", interrogou-se o deputado social-democrata.

Marques Mendes propôs que se passe a utilizar a expressão "trabalhadores comunitários", em vez de "trabalhadores emigrantes" quando se refere a trabalhadores de um outro Estado da Comunidade.

Marques Mendes solicitou à Comissão a aprovação de um regulamento sobre a mobilidade dos trabalhadores fronteiriços, pois, considerou, "muitos desses trabalhadores continuam a ser vítimas da dupla tributação, só porque têm necessidade de atravessar a linha divisória entre dois Estados para diariamente poderem exercer o seu direito ao trabalho".

Mendes Bota na Assembleia Paritária ACP/CEE

O eurodeputado Mendes Bota apresentou na última reunião da Assembleia Paritária ACP/CEE que se realizou no Luxemburgo, nos últimos dias de Setembro, uma proposta em que "condena a permanência da ocupação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia, confirma o direito à auto-determinação do povo de Timor-Leste e insurge-se contra as violações dos direitos do homem perpetrados pelas autoridades da Indonésia em Timor-Leste e exige ao Governo da Indonésia que de imediato lhes ponha termo".

De salientar a importância do bom entendimento nesta reunião dos eurodeputados portugueses dos vários grupos políticos e dos membros das delegações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, facto que permitiu a aprovação de uma proposta comum sobre esta questão.

Intervindo no debate, Mendes Bota solicitou "às instituições comunitárias e aos governos dos países ACP que prosigam uma acção política e diplomática junto da Indonésia, no sentido de que as autoridades indonésias reconheçam o direito à auto-determinação do povo de Timor-Leste e procedam à desocupação do território". O eurodeputado do PSD felicitou ainda o "Secretário-Geral das Nações Unidas pela acção desenvolvida e encorajou-o a prosseguir conversações com os representantes do povo de Timor, com vista à resolução do conflito".

Vasco Garcia defende métodos naturais de produção de carne

O deputado social-democrata português Vasco Garcia, relator da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu para a encefalopatia esponjiforme dos bovinos (B.S.E. ou doença das "vacas loucas") esteve em Inglaterra durante 6 dias, participando em Norwich, na reunião da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, durante a realização do Royal Norwich Show.

Vasco Garcia teve ocasião de expôr à Princesa Ana de Inglaterra, presidente do Royal Show, o programa de trabalhos sobre a doença, defendendo a utilização de métodos naturais de produção de carne à base de erva, como se faz em Portugal, nos Açores, e afirmou que provavelmente a "indústria de rações para animais da CEE terá de ser completamente modificada".

O eurodeputado social-democrata está "optimista quanto às soluções", mas exprimiu alguma "aprensão sobre o modo como o assunto foi tratado nos últimos anos, em que a investigação científica já poderia ter respostas, se tivesse tido meios para isso". "Até que cheguem respostas dos cientistas, o controlo terá de ser muito apertado, pois ninguém pode afirmar que não existe algum risco no consumo de carne produzida com rações contaminadas".

Mulheres sociais-democratas debatem União Europeia

As mulheres sociais-democratas do Distrito de Leiria decidiram organizar iniciativas para debate público das grandes questões que preocupam o País.

Na concretização dessa decisão se insere o Colóquio que decorreu em Leiria subordinado ao tema "O reforço da Comunidade numa Europa mais aberta" e no qual participaram os deputados europeus do PSD, Manuel Porto e Margarida Salema.

Manuel Porto fez uma intervenção sobre a União Económica, considerando-a necessária e positiva e referindo a necessidade do controlo da inflação tendo em vista a paridade do escudo com as outras moedas da comunidade.

Margarida Salema falou sobre a União Política e sobre as implicações da Unificação Alemã.

Parlamento aprova relatório de Margarida Salema sobre a aplicação do direito comunitário

O Parlamento Europeu aprovou na sua sessão de Setembro, um relatório da deputada Margarida Salema, que propôs a alteração do regimento, a fim de definir um processo para a apreciação pelo Parlamento do relatório anual da Comissão sobre a aplicação do direito comunitário.

Margarida Salema salientou a "importância do controlo do Parlamento Europeu sobre a aplicação do direito comunitário, cada vez mais importante, dados, por um lado, a proximidade do mercado interno e, por outro, os atrasos com que os Estados-membros transpõem o direito comunitário para as suas ordens jurídicas e com que dão cumprimento às sentenças do Tribunal de Justiça".

O relatório da deputada portuguesa recebeu o apoio expresso da generalidade dos grupos políticos.

PROJECTO EUROPA

INFORMAÇÃO

Publicação do Grupo Europeu do Partido Social Democrata
BUREAU (REM 408)

Parlamento Europeu — Rue Beliard, 97-113
1040 BRUXELLES • Telef.: 284 51 01